

## **Jornalismo e cidadãos em interacção: Estudo de caso da rubrica 'Nós por Cá' (SIC)**

Rui Couceiro\*

### **Resumo**

Neste artigo faz-se uma abordagem ao envolvimento dos cidadãos no jornalismo, concretizada através do estudo da rubrica 'Nós por Cá' do *Jornal da Noite*, da SIC. Numa primeira secção, exploram-se alguns conceitos fundamentais (jornalismo participativo, jornalismo cidadão...), que sustentam a inferência central que pretendemos tirar: a de que o espaço informativo em análise corresponde a um exemplo de jornalismo participativo. Utilizamos a análise de conteúdo como metodologia central e entrevistas semidirectivas como metodologia complementar. Através da análise dos casos enviados pelos telespectadores para a rubrica, inferiu-se que a maior parte reflecte o uso das novas tecnologias e versa sobre casos de índole colectiva – características que atribuímos ao jornalismo participativo e que, por isso, no nosso entender, confirmam o postulado desta investigação. Este artigo pretende não só dar algumas pistas para o estudo do envolvimento dos cidadãos no jornalismo, mas também ser um primeiro passo para uma análise mais aprofundada ao 'Nós por Cá' e a outros espaços semelhantes.

**Palavras-chave:** jornalismo participativo, cidadãos, 'Nós por Cá', SIC.

### **Introdução**

A interacção entre jornalismo e cidadãos é apenas um de muitos aspectos que actualmente redefinem o campo jornalístico. Na verdade, este engloba realidades distintas e, por isso, interesses e desígnios difíceis de compatibilizar – os dos próprios jornalistas, os dos patrões, os das fontes, os dos anunciantes, os dos políticos e, claro, os dos cidadãos – facto que, só por si, demonstra a importância social do universo em questão. Vivendo

\* Mestre em Ciências da Comunicação (ramo de Informação e Jornalismo), com tese intitulada 'Jornalismo e cidadãos em interacção – Estudo de caso da rubrica 'Nós por Cá'', defendida na Universidade do Minho, em Julho de 2008.

hoje num contexto digital, torna-se ainda mais urgente estudar as mudanças que atravessam o jornalismo. O surgimento de novas perspectivas e/ou a consolidação de outras contribuirão, por certo, para um entendimento quanto ao caminho a seguir pelo jornalismo, para além de que podem ter o condão de minimizar atritos entre facções com interesses antagónicos. Por outro lado, uma visão mais clara do fenómeno permitirá, seguramente, tirar maior proveito das constantes inovações que o vêm beneficiando.

Propomo-nos abordar o envolvimento dos cidadãos no jornalismo, através de um estudo de caso da rubrica ‘Nós por Cá’ (NPC) que, ao tempo do nosso trabalho, estava integrada no *Jornal da Noite* da SIC. Neste estudo, caberão algumas das realidades já referidas – desde logo, os jornalistas; também os patrões; as fontes; e, como é evidente, os cidadãos. A temática genérica e a problemática em que este artigo se enquadra são, pelo que referimos, pertinentes e actuais. O caso específico, porque nunca estudado, é deveras aliciante. É incontroverso o facto de que o espaço em questão funciona com a colaboração dos telespectadores, que, aliás, durante as emissões, são invariavelmente convocados a participar. Posto isso, resta saber que forma de envolvimento dos cidadãos no jornalismo tipifica o ‘Nós por Cá’.

Figura quase sempre central quando se fala de envolvimento dos cidadãos no jornalismo, Dan Gillmor (2005) considera que com o aparecimento dos blogues se deu início ao processo de «individualização dos *media*» e que foi com eles que se conseguiu o «derrube dos portões», numa alusão ao fim do papel de *gatekeeper* do jornalista. Bowman e Willies (2003), autores emergentes nesta área, consideram que jornalismo participativo é a assunção de um papel activo, por parte dos cidadãos, no processo de produção de notícias. A esse propósito, Kovach & Rosenstiel (2004) criaram até o interessante conceito de “prosumidores”, uma forma híbrida de produtor e consumidor, que visa caracterizar o cidadão que se envolve no jornalismo.

É um facto que todas estas dimensões têm já reflexos em Portugal. Circunscrevamo-nos à televisão a um tempo anterior ao segundo semestre de 2008. A RTP costuma pedir o envio de relatos e imagens para um endereço de *e-mail* que anuncia durante os informativos. A TVI (2008) também criou aquilo a que chama «um canal de comunicação entre a sociedade civil e a Direcção de Informação» da estação. O “EU VI” tem uma página própria no sítio da TVI, onde apresenta um regulamento para o envio de “peças” audiovisuais por parte dos cidadãos. A SIC, por seu turno, possui, desde 2004, um espaço próprio para o efeito – com características um pouco diferentes, é certo. O NPC funciona com a colaboração dos cidadãos e, como procuraremos demonstrar, é um exemplo de jornalismo participativo. É, também, nosso objectivo procurar clarificar os conceitos que envolvem a participação dos cidadãos no jornalismo, distinguindo, em especial, jornalismo participativo de jornalismo cidadão.

Estruturámos este artigo em duas partes distintas: uma de enquadramento e uma outra de análise ou verificação. Com a segunda assente na primeira, e de modo a irmos ao encontro do propósito da investigação, decidimos utilizar a análise de conteúdo como principal suporte metodológico. Em arquivo, a produção da rubrica só costuma armazenar, por questões de espaço (físico e informático), material recebido – *e-mails* e cartas – durante o ano anterior, sendo isso arquivado já filtrado editorialmente de

acordo com os interesses específicos do NPC. Decidimos, assim, a um primeiro nível, recolher todo o material de arquivo relativo ao ano de 2007. A um segundo nível, reunimos também material não filtrado. Em concreto, tudo o que a produção recebeu durante o mês de Fevereiro de 2008 – escolhido por questões de conveniência para a própria produção. Do cruzamento desses dados<sup>1</sup> resultaria, confiávamos, um conjunto de dados indiciador do propósito da participação e da forma como esta acontece, bem como uma panorâmica mais clara das respectivas características. À parte o interesse que víamos no conhecimento do processo de filtragem, o alargar do *corpus* a uma porção do ano de 2008 poderia torná-lo mais representativo – não esqueçamos que o material de 2007 era todo ele filtrado editorialmente. Como forma de complemento à análise de conteúdo, entendemos proveitoso realizar duas entrevistas semidirectivas: uma primeira, mais exaustiva, à autora do espaço 'Nós por Cá', a jornalista Conceição Lino, e uma outra, mais sucinta, ao Director de Informação da SIC, Alcides Vieira.

## **1. Os cidadãos aproximam-se do jornalismo... e o jornalismo aproxima-se dos cidadãos**

É possível identificar, desde há muito, um interesse, por parte dos órgãos de comunicação social, em interagir com as audiências. As “cartas ao director” e os espaços de “correio do leitor” são das mais antigas e conhecidas formas de contacto com o público, convidando-o à discussão dos temas abordados pelas publicações. E, mesmo quando esse contacto não envolvia qualquer tipo de participação editorial dos cidadãos – como no interessante caso do *Houston Star*, que, em meados do século XIX, convidava os seus leitores a reunirem-se e a lerem as notícias no átrio do próprio jornal, desfrutando de uma bebida e de um charuto (Kovach & Rosenstiel, 2004) –, essa interacção era entendida como benéfica por parte dos responsáveis dos *media*.

A origem e as razões desta vontade de envolver as pessoas na discussão das notícias – o jornalismo visto como «espaço público de debate» (*ibidem*) – podem muito bem estar na própria génese da difusão noticiosa e no seu papel social. Por um lado, como explicam Kovach & Rosenstiel (2004), «antes do aparecimento da imprensa, “notícia” era algo já trocado entre uma cerveja e outra, numa “casa pública”», com vista à partilha de informações e opiniões, hábito que não se perdeu com o aparecimento dos primeiros jornais. Por outro lado, a informação tem sido vista como necessária, fundamental mesmo, para a orientação social. Guy Berger (2000) afirma que o jornalismo aparece com os primeiros órgãos de comunicação social, mas lembra que ele não existe sem sociedade e que possui «uma ligação orgânica e intrínseca à democracia». Na verdade, é fácil de ver que um regime democrático não pode funcionar correctamente sem informação, pois depende da “vontade do povo”<sup>2</sup>. Com a população mal informada, o

<sup>1</sup> No total, analisámos 737 casos enviados por telespectadores.

<sup>2</sup> Aristóteles classificou os regimes políticos e chamou democracia àquele «em que o Poder é compartilhado por todos os cidadãos, que alternadamente governam e são governados» (Fernandes, 2008). António José Fernandes (2008), em *Introdução à Ciência Política*, considera que «são regimes democráticos aqueles em que a totalidade da população adulta pode participar, directa ou indirectamente, na tomada de decisões e na escolha de governantes».

próprio sistema não poderá operar correctamente, sendo esta equação tão simples de fazer como a que representa qualquer outro sistema de dependência funcional.

No entanto, numa época em que, em todo o lado, escolhemos a informação que queremos receber, seja via telemóvel, computador portátil ou qualquer outro dispositivo, os órgãos de comunicação social sentem a necessidade de fidelizar as audiências. Fazem-no envolvendo-as no seu trabalho e, mais, retirando daí um contributo valioso: as novas tecnologias (um bom exemplo é o telemóvel equipado com câmara fotográfica e/ou de filmar) tornam qualquer um num “cidadão repórter” e isso permite alargar exponencial e quase infinitamente a rede de (potenciais) “correspondentes”.

O jornalismo tem-se deparado com a necessidade de se adaptar à evolução dos tempos. Temia-se que o telégrafo acabasse com o jornal e, na verdade, acabou por trazer à prática jornalística a técnica da pirâmide invertida<sup>3</sup>. Actualmente, a televisão por cabo e, principalmente, a Internet, constituem grandes desafios para o jornalismo, que «tem sempre de responder às mudanças tecnológicas e sociais» (Bowman & Willies, 2003). Serão esses desafios, lançados pelos *self-media*, o instituir de novos paradigmas, à semelhança do que aconteceu com o telégrafo e a criação da pirâmide invertida no âmbito das técnicas de redacção?

Um desses modelos pode muito bem passar por uma alteração de postura dos cidadãos, até há alguns anos meros consumidores de informação seleccionada pelos jornalistas, no seu papel de *gatekeepers*. Foi provavelmente por isso que, em 1995, Nicholas Negroponte previu que, no futuro, as notícias *on-line* iriam dar aos leitores a possibilidade de escolherem apenas os assuntos e as fontes que lhes interessassem, falando em «personalização da informação» (1995). E isso, como é tradicional quando se fala numa quebra de hábitos, foi criticado pelos cépticos, que viam o jornalismo tradicional em risco.

O que é certo é que Negroponte tinha razão. Hoje, há uma série de serviços *on-line* que recolhem e agregam notícias (veja-se o exemplo do *Google News*), sendo que alguns o fazem de acordo com critérios definidos pelos próprios utilizadores (o diário *on-line* da Coreia do Sul *OhMyNews* é o exemplo mais recorrente, mas o *DailyMe* também é uma solução interessante<sup>4</sup>). Para além disso, há a liberdade de subscrição de *feeds*, que não são mais do que fluxos personalizados de informação, e, ainda, uma diversidade enorme de serviços informativos *on-line*. Porém, e tomando o caminho que mais convém a esta investigação, é importante dizer que, numa fase posterior, o cidadão deixa o papel de simples consumidor de informação – seja ela recebida acriticamente ou seleccionada – para assumir o de produtor de informação. E isto, sim, pode significar a definição de um novo paradigma no que toca à forma de fazer jornalismo. Se os cidadãos começam a integrar-se num mundo que era só dos jornalistas – veremos, adiante, se como substituto ou complemento –, então estamos, de facto, perante uma situação totalmente nova no que respeita à produção e distribuição da informação.

<sup>3</sup> O medo das falhas técnicas, durante a comunicação, fazia com que se desse prioridade aos aspectos mais importantes, terminando nos detalhes (Bowman & Willies, 2003).

<sup>4</sup> [www.ohmynews.com](http://www.ohmynews.com) e [www.dailyme.com](http://www.dailyme.com).

### 1.1 Jornalismo cívico, a base do envolvimento dos cidadãos

O envolvimento propriamente dito dos cidadãos no jornalismo é um fenómeno que não surge de modo descontextualizado. No final dos anos 80, começa a perceber-se, nos Estados Unidos, o surgimento de uma forma distinta de encarar o jornalismo. Aquilo a que se veio a chamar *jornalismo cívico* (ou, com ligeiras variações, jornalismo público, jornalismo comunitário...), em acepções defendidas até institucionalmente por organismos como o Poynter Institute for Media Studies ou o Pew Center for Civic Journalism, tem a ver com um tratamento diferente dos assuntos, de forma a dar bases às pessoas para estas intervirem socialmente como cidadãs. Segundo Fernando Cascais (2001) e Mário Mesquita (2004), esta corrente, da qual Jay Rosen foi um importante promotor, opõe-se à tradicional ideia de que a objectividade e a neutralidade são as principais marcas do jornalismo e terá surgido em jornais de cidades de pequena e média dimensão. No jornalismo cívico há comprometimento com os problemas das populações, motivando-as a procurarem e a lutarem por soluções. Esse comprometimento é fortemente criticado pelos opositores do jornalismo cívico e até mesmo pelos defensores do jornalismo público, que lembram que «deve ser claro que o jornalismo público se afasta da tradição de neutralidade e de reportagem objectiva, mas tal não é um retorno ao jornalismo politizado ou de causas» (McQuail, 2003).

Ainda assim, muitos dos jornalistas que defendem esta corrente vêem-se como justiceiros, na luta dos oprimidos contra os vários poderes, e argumentam, a favor do jornalismo cívico, com o facto de os cidadãos não se queixarem do eventual comprometimento dos conteúdos informativos. Fernando Cascais (2001), por exemplo, citando James Fallows, aponta os próprios jornalistas como os principais opositores do jornalismo cívico. Esta transformação do perfil do jornalista de observador para participante, que Mário Mesquita (2004) apresenta, constitui, de forma mais ou menos consensual (Cascais, 2001; Traquina, 2003), a principal objecção ao jornalismo cívico.

À actividade, que terá nascido como consequência do desencanto sentido pelos seus criadores com a sociedade e com o jornalismo (Cascais, 2001), é atribuída, por este prisma, um papel de incremento da cidadania e de reforço das condições existentes para o seu exercício. Principalmente tendo como referência as sociedades democráticas. A indispensável participação dos cidadãos só pode acontecer com informação. Informação orientada para «os problemas concretos dos cidadãos» (Silva, 2007). Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004) concluem, em *Os Elementos do Jornalismo*, que «a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem». Nesta perspectiva, Mário Mesquita (2004) aponta «a ignorância política» como «a maior ameaça à própria democracia». Vicente Romano (2006), por sua vez, considera que «a informação é necessária para a orientação social». A intenção central de Rosen ou de Michael Schudson (defensor do jornalismo público) era, portanto, a de chamar os cidadãos para o debate (McQuail, 2003), tal como faziam, literalmente, os responsáveis pelo *Houston Star*, no século XIX. Paralelamente, Torres da Silva (2007) acrescenta que o condicionamento e mesmo a determinação da agenda jornalística por parte de entidades que não os cidadãos são duas críticas do jornalismo cívico ao jornalismo dito convencional. Mário Mesquita

(2004) explica, a esse propósito, que o jornalismo cívico possui o «mérito» de manter do seu lado o poder decisório relativamente ao que deve ou não ser notícia. Denis McQuail (2003) explica que Schudson baseia a sua visão de jornalismo público num «modelo de confiança», no qual os jornalistas devem fornecer a informação que acreditam ser importante para os cidadãos.

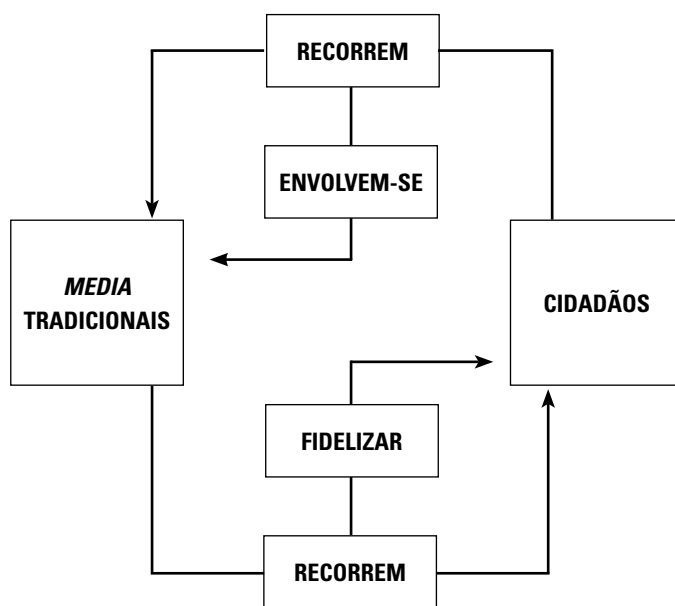
## 1.2 Novas tecnologias, o impulso necessário

Jornalismo cívico e jornalismo participativo ou cidadão (não os vamos, para já, distinguir) tocam-se no que concerne à intervenção cívica. O primeiro, no sentido em que pretende fornecer informação e apelar a essa mesma intervenção por parte das pessoas. O segundo, porque se caracteriza pela intervenção voluntária das pessoas no próprio jornalismo e, conseqüentemente, no espaço cívico. É uma fase ainda mais avançada de envolvimento. Permeia-os o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação (em especial da Internet e dos telemóveis, que encurtam distâncias e agilizam a comunicação interpessoal). Foram elas que permitiram a evolução de um paradigma para o outro. É com a passagem a esta segunda fase da intervenção cívica que, como dissemos, o cidadão deixa o papel de mero consumidor para assumir o de produtor de informação. De acordo com Guy Berger (2000), o jornalismo participativo tem a ver com a construção de uma sociedade democrática, em que o público deixa de ser apenas consumidor para passar a ser também produtor de notícias. No âmbito desta concepção, cada cidadão deve participar activamente na democracia. Como, oportunamente, menciona, esta perspectiva engloba partes dos conceitos de jornalismo cívico (desenvolvido pelo Pew Center) e de jornalismo público (impulsionado por Jay Rosen e trabalhado, por exemplo, pelo Poynter Institute) a que já tivemos oportunidade de nos referir (Berger, 2000).

Nos dias de hoje, podemos escrever e enviar texto em forma de mensagens curtas (SMS), através dos telemóveis convencionais, e em formato de e-mail, usando outros dispositivos que começaram por ser, também, telemóveis e que, hoje, são autênticos computadores pessoais. É possível gravar som com telemóveis, leitores de música em formato digital (os chamados leitores de MP3) e até máquinas fotográficas. Ainda com os telemóveis, temos a possibilidade de tirar fotografias em alta definição e de captar vídeo; algo que as máquinas fotográficas digitais, completamente massificadas, também permitem e com maior qualidade. O dia-a-dia das pessoas foi invadido por estes *gadgets*, que as aproximam em termos de comunicação à distância e que, fundamentalmente, para o que aqui se pretende, lhes conferem o potencial tecnológico para se tornarem repórteres – cidadãos repórteres. O aparecimento de todas estas ferramentas tecnológicas seria, só por si, já bastante interessante, enquanto contributo para o jornalismo. Lembremo-nos do uso intensivo que os *media* deram aos vídeos amadores em casos como os da queda das Torres Gémeas ou do tsunami no Sudeste Asiático. Atentemos, por outro lado, em situações mais recentes e respeitantes à realidade portuguesa, como o recente caso do vídeo colocado no *Youtube* por alunos de uma turma do 9.º ano de uma escola do Porto. As imagens mostravam uma discussão com momentos vários de contacto físico (abstemo-nos de os considerar ou não agressões) entre uma aluna e uma

professora. Nesta situação, foram as novas tecnologias que permitiram a reportagem dos factos. Os *media* tradicionais não estavam – nem podiam estar – no local. Outro bom exemplo tem a ver com a percepção que os próprios responsáveis pelos meios de comunicação têm deste fenómeno. A 18 de Fevereiro de 2008, a propósito de uns dias de temporal em Lisboa, lia-se o seguinte, em oráculo, durante um *Jornal da Tarde* da RTP1: «Temporal em Lisboa. Envie as imagens e relatos do mau tempo para noticias@rtp.pt». Instantes depois, o jornalista Carlos Daniel acrescentava: «um endereço, de resto, sempre disponível». Este interesse da RTP pela mais-valia que pode constituir a participação dos telespectadores é, no mínimo, sintomático de uma nova forma de encarar o papel dos cidadãos, agora munidos de ferramentas de reportagem. Também a TVI (2008), no início de Abril de 2008<sup>5</sup>, apresentou aquilo a que chamou um «canal de comunicação», sob o seguinte *slogan*: «Na TVI, a notícia também é feita por si. Se você for o primeiro a chegar ao local, não hesite. Pare, veja e registe o momento. Os seus “exclusivos” poderão ser notícia TVI!». O *EU VI* revela-se um apelo à participação dos cidadãos nos informativos do canal, através do envio de material audiovisual para contactos criados para o efeito.

Esquema 1  
Dialéctica *media* tradicionais/cidadãos



<sup>5</sup> A título de curiosidade, indique-se que a *CNN* lançou um dos primeiros serviços do género, o *CNN Exchange*, em 2006, e que o *Daily Telegraph*, em 2005, começou a solicitar o envio de fotografias aos seus leitores.

É a este nível que se começa a definir o novo papel dos não jornalistas: antes, meros consumidores; agora, uma imensidão de potenciais produtores de informação<sup>6</sup>. Todavia, as ferramentas tecnológicas a que nos referimos acima assumem mais sentido quando associadas à Internet, que possibilita a publicação em grande escala, sem recurso aos meios de comunicação de massa tradicionais. Aqui, perde importância o papel do jornalista, que deixa de funcionar como *gatekeeper*. Entre a recolha de informação por parte do cidadão e a respectiva publicação, esbate-se a barreira, o filtro, constituído pelos jornalistas, que, até aí, detinham o controlo absoluto daquilo que era tornado público em larga escala. Nesta linha de pensamento, Dan Gillmor (2005) considera que com o aparecimento dos blogues se deu verdadeiramente início ao processo de «individualização dos *media*». Na verdade, mais do que qualquer outra forma de comunicação interactiva *on-line*, os blogues transformaram o computador com ligação à Internet no mais perfeito dos *self-media*<sup>7</sup>. A esse propósito, Gillmor (*ibidem*) cita Jay Rosen para explicar que os blogues são uma “forma extremamente democrática de fazer jornalismo”. Efectivamente, foi com eles que se conseguiu o “derrube dos portões” (Gillmor, 2005). Os jornalistas deixaram de ser os únicos a poder publicar informação e, com isso, a sociedade civil saiu, certamente, beneficiada.

Nos nossos dias, tenha-se presente, muita gente procura na Internet alternativas àquilo que viu/leu/ouviu nos *media* tradicionais: «O que é certo é que a Internet fornece mais oportunidades de partilha da informação nas comunidades, contornando, desse modo, o papel tradicional dos *media* enquanto intermediários das notícias privilegiados, de confiança e informados» (Bowman & Willies, 2003). Porém não nos surpreendamos se, nos próximos anos, surgirem formas cada vez mais imediatas de reportar e publicar acontecimentos. O *Twitter*, por exemplo, uma espécie de serviço de “microblogues” para dispositivos móveis, baseado em mensagens com um máximo de 140 caracteres, permite seguir, literalmente, os passos de cada utilizador. E se, por um lado, pode ser um serviço bastante virado para as relações pessoais, com componentes ao estilo das redes sociais e, principalmente, dos *chats*, o que é facto é que já está a ser usado com fins informativos. Jeff Jarvis (2008), conhecido professor de jornalismo da Universidade de Nova Iorque, escreveu no *Guardian*, a propósito do terramoto na China, que as primeiras novidades acerca dos acontecimentos se souberam através do Twitter, mesmo antes de os serviços de geofísica norte-americanos darem a notícia.

<sup>6</sup> Nem só os *media* estão atentos às possibilidades que as novas tecnologias conferem aos cidadãos. Também empresas de outras áreas começam a valorizar o facto de poderem ter “olheiros” em qualquer lugar. A empresa *Estradas de Portugal* tem, no seu site, uma área – a que chama *Estrada Livre* – para denunciar problemas, para reportar, inclusivamente com fotos (*Estradas de Portugal*, 2008). Aí, os cidadãos não trabalham para informar directamente outros cidadãos (ainda que o façam indirectamente), na medida em que reportam à própria empresa responsável pelas estradas.

Neste caso, os cidadãos não assumem a profissão de jornalistas, nem o papel deles; não entram no domínio do jornalismo profissional, nem procuram substituir os jornalistas, mas não deixam de reportar acontecimentos ou situações. E isso só acontece graças às novas tecnologias.

<sup>7</sup> Segundo o conceito explorado por Jean Cloutier, em *A Era de EMEREC*. No contexto do envolvimento dos cidadãos no jornalismo, Bowman e Willis (2003) referem-se a *we media*, meios de comunicação baseados na colaboração.



### 1.3 Envolvimento dos cidadãos: substituto ou complemento?

Com as novas tecnologias, das quais a Internet é expoente máximo, qualquer um pode recolher, tratar e, principalmente, publicar informação. É fácil e barato, em especial se for tido como termo de comparação o investimento necessário para deter um órgão de comunicação social tradicional. Comunicar em larga escala pode significar usar ferramentas simples como telemóveis e criar sítios *on-line* para publicar as reportagens, que ficam acessíveis a todos, em qualquer parte do mundo e apenas com o custo de uma ligação à “rede”, que até pode ter muitos outros fins, para além do acesso à informação. O envolvimento dos cidadãos nos domínios do jornalismo é uma realidade. Todavia, importa perceber dois aspectos fundamentais: se esse envolvimento constitui, *per si*, jornalismo e, acto contínuo, se assume o papel de substituto ou de complemento do jornalismo tradicional.

Como referimos, o aparecimento da Internet e a sua enorme expansão permitiram o desenvolvimento da produção e difusão de informação por parte dos cidadãos. A esse nível, em *We Media*, Bowman & Willies (2003) falam de jornalismo participativo e indicam uma definição que importa conhecer e cujas bases vamos adoptar:

Jornalismo participativo: o acto de um cidadão ou grupo de cidadãos que desempenham um papel activo no processo de recolha, reportagem, análise e divulgação de notícias e informação. O propósito desta participação é fornecer a informação independente, fiável, precisa, abrangente e relevante que uma democracia exige.

Nesta linha de pensamento, o jornalismo participativo corresponde à assunção de um “papel activo” por parte dos cidadãos nas tarefas até aqui desempenhadas apenas pelos jornalistas – recolha, tratamento e difusão de informação –, com o objectivo de dotar a sociedade civil de melhores condições para o exercício da cidadania em democracia. Poderíamos acrescentar, na sequência do que vimos referindo, que as novas tecnologias tiveram papel decisivo no emergir deste tipo de jornalismo.

A definição é relevante, porque simples: jornalismo participativo = assunção por parte dos cidadãos de um papel activo no jornalismo. Por papel activo, entende-se participação, contributo, complemento. Sendo assim, o conceito de jornalismo participativo faz sentido. Acontece que, por vezes, o cidadão se substitui ao próprio jornalista e assume, na íntegra, as tarefas supracitadas. Fará sentido chamar-se a isso jornalismo participativo? Nesse tipo de casos, não há participação no jornalismo tradicional. Entendemos, por isso, que, nessas situações, os cidadãos estão a (procurar) fazer, e não a participar, no jornalismo. Há várias hipóteses no que toca a nomes para essa actividade. Jornalismo amador parece-nos uma boa solução, embora algo limitadora, na medida em que não transmite a ideia de actualidade que o jornalismo exercido com base nas novas tecnologias possui, até porque pode diminuir certos trabalhos com qualidade. Consideramos, assim, que “jornalismo cidadão” – regra geral utilizado como sinónimo de jornalismo participativo<sup>8</sup> – é o melhor dos termos. No entanto, saliente-se que há que

<sup>8</sup> Littau *et al.* (2007) citam alguns dos autores importantes que o têm feito: «Não importa que o 'jornalismo de cidadão' seja apenas a designação mais recente para este tipo de *media*, mas é aquela com mais receptividade popular. No início o nome

discutir questões como as do profissionalismo e da fiabilidade da informação – que, por razões de espaço, não vamos aqui abordar.

Entendemos, então, e relembrem-se os exemplos que demos dos apelos da RTP e da TVI à colaboração dos telespectadores enquanto cidadãos repórteres, que o jornalismo participativo consiste no facultar de informação aos jornalistas por parte dos cidadãos, observadores privilegiados munidos de ferramentas tecnológicas simples e razoavelmente eficazes na captação dos acontecimentos. Pode inviabilizar, isso sim, o acto de reportagem, isolado, dos cidadãos, mas não quando aproveitado pelo profissional para um “todo jornalístico”. Também o conceito de “jornalismo cidadão” que vimos moldando pode ficar comprometido – e é esse o principal alvo das críticas dos jornalistas –, mas é justo dizer que ainda não existem posições suficientemente sólidas em relação a esta matéria.

Consideremos, até por isso mesmo, que a produção de notícias em blogues e outros espaços mediáticos, por parte de cidadãos, poderá ser considerada, no máximo, jornalismo amador ou cidadão. Importa distingui-lo, também, de jornalismo participativo. De participação contém apenas o sentido de envolvimento nas causas de interesse dos cidadãos, mas não aquilo que nos parece basilar em termos conceptuais, no que respeita ao jornalismo participativo – a colaboração com os *media* e com o jornalismo profissional, que os exemplos das televisões portuguesas tão bem ilustram.

Guy Berger (2000) considera que toda a gente pode e deve ser um «comunicador de massa», uma vez que se abriu o caminho aos comunicadores não profissionais, que, assim, passam a fazer e a participar no jornalismo.

A posição que vimos defendendo desemboca na argumentação de Kovach & Rosenstiel os quais, em *Os Elementos do Jornalismo*, chegam mesmo a criar um conceito para o novo papel do cidadão:

Numa era em que qualquer pessoa pode ser repórter ou comentador na Web, ‘passamos a dispor de um jornalismo bidireccional’, sugere Seeley Brown. O jornalista transforma-se em ‘líder de um fórum’ ou em mediador, deixando de ser simplesmente um professor ou conferencista. Os leitores transformam-se não em consumidores mas em ‘prosumidores’, uma forma híbrida de produtor e consumidor.

À parte o papel dos cidadãos, enquanto produtores e consumidores de informação, do excerto acima disposto destaca-se a mudança sugerida pelos autores em relação ao papel do jornalista. É interessante notar que também os profissionais passam a ter tarefas distintas, em consequência da colaboração dos cidadãos. O jornalista deixa de se limitar a recolher matéria para, posteriormente, apresentar a informação às pessoas, para passar também a recebê-la de outros repórteres (cidadãos, neste caso), antes de a difundir. Fá-lo sempre seleccionando – e aí entra o respectivo critério editorial e todos os outros factores subjectivos de selecção –, mas passa a escolher a partir de material produzido pelos cidadãos, muitas vezes já em formato de notícia ou até de acordo com algumas características

utilizado era ‘jornalismo participativo’ ou ‘jornalismo *open source*’ (Bentley *et al.*, 2005), para além de ‘*grassroots journalism*’ e ‘conteúdo criado pelo utilizador’ (Gillmor, 2004; Schweiger & Quiring, 2005).»

das produções jornalísticas. O jornalista deixa de debitar informação recolhida por si junto das fontes tradicionais, para passar a fazer chegar aos consumidores – a mediar, portanto – informação recolhida total ou parcialmente por cidadãos que não jornalistas profissionais. Usa as ferramentas jornalísticas que domina com o intuito de apresentar mediaticamente o material recolhido e/ou produzido por cidadãos repórteres.

## 2. A participação dos cidadãos no 'Nós por Cá'

De toda a análise feita ao material de arquivo do NPC (incluindo sexo e zona de residência dos cidadãos participantes, a temática dos casos reportados, etc.), só alguns aspectos podem – por razões de espaço – marcar lugar neste artigo. Dos casos por nós analisados, 91% correspondem a mensagens de correio electrónico e apenas 9% a cartas, do total de 737 casos.

Quadro 1  
*Corpus da análise*

Formato	Período			
	2007 (material filtrado)		Fevereiro de 2008 (material não filtrado)	
	N.º	(%)	N.º	(%)
E-mails	249	(86)	424	(95)
Cartas e outros	40	(14)	24	(5)
Total por período	289	(100)	448	(100)

### 2.1 Os anexos dos e-mails, reflexo das novas tecnologias

O correio electrónico é, indubitavelmente, o meio preferido pelos cidadãos para entrarem em contacto com o 'Nós por Cá'. Não surpreende, por isso, que muitas das mensagens transportem, anexados, ficheiros com informação de ordem variada: fotografias, vídeos, digitalizações de documentos... Num espaço com os propósitos do NPC, o recurso às chamadas novas tecnologias reveste-se de especial pertinência. A vontade dos cidadãos de divulgar ou denunciar situações leva-os a actos de reportagem nas mais diversas formas. Aliás, Alcides Vieira (Entrevista: 17 de Junho de 2008) considera-o «o espaço mais interactivo da informação de todas as televisões». Dos casos recebidos e conservados em arquivo durante o ano de 2007, 57% possuíam algum tipo de anexo, o que equivale a 142 e-mails num total de 249.

Quadro 2  
E-mails de 2007 com anexos

Anexo	N.º	(%)
sim	142	(57)
não	107	(43)
Total	249	(100)

Estando esta análise centrada nas características de um espaço informativo que valoriza, já o assumimos, o material enviado pelos cidadãos, consideramos normal que, no conjunto dos e-mails filtrados de 2007, existam mais casos com anexos do que casos sem anexos. Este aspecto podia indiciar uma certa preferência, dos responsáveis pela triagem, por mensagens de e-mail “ilustradas” – algo perfeitamente natural, até porque ficheiros como fotografias, e-mails ou digitalizações de documentos retratam de forma mais fidedigna as situações reportadas. No entanto, interessante é perceber que a diferença relativa à amostra de 2008 é muito pequena e que, portanto, é mais lógico concluir que o NPC recebe, efectivamente, mais mensagens de correio electrónico com do que sem anexos.

Quadro 3  
E-mails (direccionados) de Fevereiro de 2008 com anexos

Anexo	N.º	(%)
sim	199	(53)
não	173	(47)
Total	372	(100)

O envio dos ficheiros referidos enriquece os relatos, já o percebemos, e acontece em virtude da disseminação das novas tecnologias. A utilização das máquinas fotográficas digitais, francamente vulgarizadas, e dos telemóveis com funcionalidades de captação de imagem estática ou em movimento, também eles presentes massivamente na vida dos portugueses, transforma qualquer cidadão num potencial repórter. Referimo-nos atrás a este aspecto, aliado à propagação da Internet, igualmente cada vez mais parte do dia-a-dia dos cidadãos do nosso país<sup>9</sup>, e considerámo-lo como a motivação central<sup>10</sup> no

<sup>9</sup> Dados do *Bareme Internet 2007*, da *Marktest*, indicam que quase 50% dos portugueses costumam utilizar a Internet; o estudo indica 3,9 milhões regulares só no Continente e explica: «Os 5,6% de indivíduos que em 1997 acediam à internet passaram em 2007 para 46,9% – mais 738% do que então.»

<sup>10</sup> Outros, de índole menos técnica e mais político-social, podiam ser invocados, até por diferentes perspectivas. Exemplos: a consolidação do regime democrático e da percepção, por parte dos cidadãos, a par do (consequente) aumento dos níveis de escolaridade, das liberdades e direitos que ela confere, por um lado; a deterioração de valores e a necessidade de moralizar, por outro.

processo conducente à participação dos cidadãos. Trata-se de uma realidade crescente, não por capricho dos responsáveis dos *media*, mas porque estes perceberam – e este é um ponto bastante consensual – que os próprios cidadãos é que tinham vontade (e, finalmente, condições) de participar. Veja-se que uma enorme parte (81%) dos anexos das mensagens de correio electrónico mantidas em 2007 corresponde a fotografias. O mesmo acontece, quase na mesma proporção (75%) com os e-mails recebidos em Fevereiro de 2008. É extremamente fácil pegar no telemóvel e fotografar um insólito com que nos deparamos na rua; não é demasiado maçador sair de casa com a máquina fotográfica digital na mão e registar algumas imagens do problema que existe no nosso bairro.

Alcides Vieira (Entrevista: 17 de Junho de 2008) explica que o conceito da rubrica assenta na «colaboração directa» e na «interactividade com os telespectadores que fornecem material e pistas de trabalho» e acrescenta, inequivocamente, que «as novas tecnologias facilitam essa relação e potenciam a iniciativa». A autora do NPC (Entrevista: 8 de Maio de 2008), por seu turno, reconhece a importância das ferramentas tecnológicas, mas lembra que «antes de tudo isso, quando a SIC começou, havia os faxes e os telefones e a participação das pessoas já era assombrosa». Foi esse, de resto, um dos aspectos que motivou Conceição Lino a pretender inaugurar um espaço como o que coordena desde 2004. No entanto, a jornalista valoriza a importância das máquinas fotográficas digitais e destaca a facilidade de utilização, em qualquer lugar e em qualquer altura, dos telemóveis com máquina fotográfica, que permitem captar muitos momentos que, de outra forma, dificilmente seriam registados. Mas o maior elogio da editora do espaço 'Nós por Cá' às novas tecnologias tem a ver com o e-mail. Conceição Lino (*ibidem*) acha «espantoso o número de pessoas que sem esse dispositivo ao dispor provavelmente não escreveriam uma linha e agora comunicam a qualquer hora com mais facilidade». Significa isto que também na opinião de quem faz a rubrica, as novas tecnologias serviram de incentivo à participação dos cidadãos.

## 2.2 O âmbito da participação

O âmbito da participação é fundamental para o propósito basilar desta investigação. Embora todos os casos possam ser vistos como reflexo da aproximação dos cidadãos ao «espaço público de debate» referido por Kovach & Rosenstiel (2004), a nossa análise indica que a maior parte – à volta dos 60% – dos relatos recebidos no NPC é de âmbito colectivo.

Quadro 4  
Âmbito dos casos recebidos e mantidos em 2007 (*e-mails* e cartas)

Âmbito	N.º	(%)
Colectivo	165	(57)
Individual	124	(43)
Total	289	(100)

Quadro 5  
 Âmbito dos casos recebidos em Fevereiro de 2008 (*e-mails*)

Âmbito	N.º	(%)
Colectivo	233	(63)
Individual	139	(37)
Total	372	(100)

A amostra referente a 2008, já o referimos, pode não ser totalmente representativa – há que ter em conta a influência exercida sobre os cidadãos que colaboram pelas emissões recentes da rubrica, por exemplo –, mas também não o será a relativa a 2007, por razões que se prendem com a filtragem dos casos. Todavia, os resultados apurados devem ser tidos em linha de conta, não só porque apontam no mesmo sentido, mas principalmente porque se coadunam com o espírito do jornalismo participativo (e, ainda, com a noção prévia da participação dos cidadãos que adquirimos durante o nosso período de estágio).

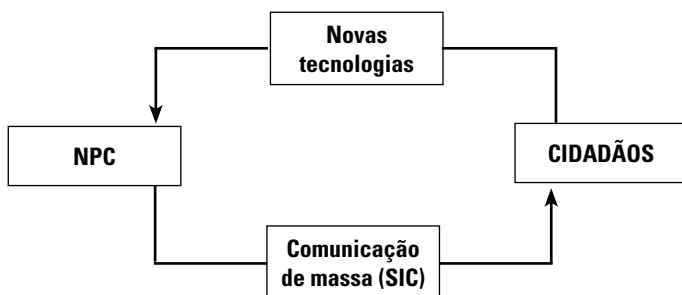
Antes de nos debruçarmos um pouco mais sobre este assunto, convém que clarifiquemos o critério utilizado para a categorização desta variável em “individual” e “colectivo”. Como exemplo podemos dar o caso da moradia que tapa a vista de um restaurante, uma situação em que o proprietário do estabelecimento, ao recorrer ao NPC, age na procura de uma solução para uma situação que o afecta directamente e que, por esse motivo, consideramos de âmbito individual. Por oposição, é-nos fácil recorrer às denúncias de destruição de património histórico, como castelos e fortificações, para demonstrar situações em que os participantes colaboram na rubrica com propósitos mais vastos socialmente do que aqueles que poderia ter o seu problema pessoal e que, por esse motivo, entendemos serem de âmbito colectivo. Quando, após a análise do caso, as dúvidas subsistiram, decomposemos o tom de escrita da mensagem e decidimos consoante o enfoque era colocado nas consequências individuais ou colectivas. Isto porque, muitas vezes, apesar do cariz individual do caso, o propósito da participação era o de alertar e/ou procurar rectificar a situação, para que ela não se repetisse com outras pessoas.

Os resultados obtidos relativamente à colaboração dos cidadãos, os tais dez mil e-mails por ano, demonstram, primeiramente, que estes percebem a abertura do NPC para a divulgação dos casos. Contudo, no caso específico do âmbito da participação, parece claro que os cidadãos vêem, nos responsáveis pela rubrica, uma vontade de os envolver, criando, como propósito seguinte à simples divulgação dos casos, o tal espaço público de debate de assuntos de interesse colectivo. O Director de Informação da SIC também tem essa percepção e, por isso, compreende o NPC como «um meio através do qual os cidadãos sentem exercer o seu direito de cidadania, sabendo que a sua participação passará sempre pelo trabalho de rigor jornalístico, o que confere confiança e credibilidade ao NPC.» Estes aspectos são absolutamente fulcrais e revelam que o espaço coordenado por Conceição Lino (Entrevista: 8 de Maio de 2008) possui, neste ponto, características que já atribuímos ao jornalismo participativo. A primeira, ligada

ao envolvimento nas causas da sociedade – ao exercício da cidadania, portanto –, é a que, pensamos, herdou do jornalismo cívico e isso terá acontecido, já o expusemos, a partir do momento em que as novas tecnologias se generalizaram e, por isso, passaram a permitir um contacto simples e directo com a restante sociedade, seja através dos novos *media* seja através dos *media* tradicionais, como no caso em análise. A segunda é a que o diferencia do jornalismo cidadão e que Alcides Vieira (Entrevista: 17 de Junho de 2008) destaca de forma pertinente: os cidadãos não assumem o papel de jornalistas, antes colaboram com os profissionais de informação, que são o garante do rigor que se pede ao exercício do jornalismo.

Fica, assim, claro que o NPC é visto pelos cidadãos como um espaço que pode ajudar a resolver problemas individuais, mas, principalmente, como uma instância à qual podem recorrer e com a qual podem colaborar, com vista à divulgação e denúncia de situações de âmbito colectivo. Conceição Lino (Entrevista: 8 de Maio de 2008) considera, inclusive, que o que faz «acaba por ir muitas vezes além da divulgação» e isso acontece «porque em determinados casos faz mover o estado das coisas. Porque há alguém que chama a atenção para uma situação e há quem seja questionado sobre ela». Neste sentido, o NPC assume um papel de intervenção, num estilo que inaugurou com o programa *Praça Pública*, no arranque da estação. A jornalista explica que os telespectadores, em primeira instância, utilizam o programa para desabafar, relativamente a casos individuais ou colectivos; mas sentem enorme «satisfação» ao «verem que o que os motivou ou indignou acabou por ser partilhado com o resto do país (...). E quando há um retorno ou uma consequência positiva à exibição do assunto na SIC, melhor ainda. Sentem que valeu a pena falar, reclamar e contribuir para o trabalho jornalístico».

Esquema 2  
Dialéctica NPC/cidadãos



Alcides Vieira (Entrevista: 17 de Junho de 2008) faz uma leitura análoga, considerando o NPC «um espaço baseado e potenciado pelo chamado “jornalismo do cidadão”, devido a essa proximidade e relação entre o NPC e os telespectadores que com ele comunicam, seja por motivos de exercício dos direitos de cidadania, seja por questões de injustiça ou qualquer outra».

Ainda relativamente ao âmbito da participação, há alguns aspectos que consideramos que vale a pena abordar. Já sabemos que os casos de âmbito colectivo são em

maior número. É interessante notar que é também esse tipo de casos o que contém mais anexos. Começamos por nos referir aos casos de 2007: de um total de 142 casos com anexo, 105 (74%) são colectivos, contra apenas 37 (26%) individuais. No que toca a Fevereiro de 2008, falamos de 144 (70%) casos contra 61 (30%), num total de 205 casos com anexo. Valerá a pena indicar, ainda, no que toca aos dados de 2007, que 81% dos anexos recebidos correspondem a fotografias (115 em 142) e que 80% delas (92 em 115) respeitam a casos de âmbito colectivo.

Ainda que com algumas reservas, pelo facto de a amostra de 2007 ser filtrada, mas com indícios claros de que continua a ser representativa, pensamos ser lícito inferir que não só os casos colectivos são aqueles aos quais são anexados mais documentos, como também a maior parte das fotografias recebidas no programa tem a ver com casos colectivos.

Os valores acima não nos surpreendem. Na verdade, através do contacto exaustivo que tivemos com os documentos, pudemos notar que os casos de denúncia de atentados ambientais, danos patrimoniais ou incoerências na sinalização de trânsito, portanto casos de ordem colectiva, são, regra geral, reportados com recurso a imagens. Situações de cariz individual, como problemas com bancos, por exemplo, são, normalmente, acompanhados por documentação escrita (digitalizações, trocas de e-mails...). A natureza dos casos e os resultados da análise estão, por isso, em sintonia.

## Conclusões

Com este estudo, procurámos perceber em que medida pode a rubrica ‘Nós por Cá’, inserida no *Jornal da Noite* da SIC, tipificar uma forma de envolvimento dos cidadãos no jornalismo. Foi, aliás, nesse sentido que orientámos a nossa pergunta de partida. Para lhe dar resposta, começámos por construir teoricamente os conceitos fundamentais do universo em questão. Partimos de uma ligeira contextualização histórica, que nos levou ao chamado jornalismo cívico – preconizado fundamentalmente por Jay Rosen – que considerámos “a base do envolvimento dos cidadãos”. Tentando dar bases para intervir socialmente, o jornalismo cívico procura tratar os assuntos tendo como norte o interesse dos cidadãos. Já o jornalismo participativo convida as pessoas a colaborarem com os *media* através essencialmente da cedência de peças de ‘reportagem’, como fotografias ou vídeos de determinados acontecimentos ou situações.

Permeia estas duas fases do envolvimento dos cidadãos no universo jornalístico o aparecimento das novas tecnologias – em especial a Internet, os telemóveis com captação de imagem e as máquinas fotográficas digitais –, que permitem que qualquer um se torne num potencial repórter. Se, na primeira etapa, os cidadãos eram chamados a agir civicamente através dos assuntos abordados nos *media*, numa segunda fase passaram a ser convidados a fazer parte do processo noticioso, reportando, fundamentalmente, situações de interesse colectivo.

Nesse contexto, sentimos necessidade de distinguir jornalismo participativo de jornalismo cidadão, na medida em que este último, a ter uma componente de intervenção cívica, tem-na por vontade de quem o protagoniza (os cidadãos não jornalistas) e não



por convite da comunicação social. Existe como forma dos cidadãos fazerem jornalismo (como substituto, portanto) e não como um modo de participarem no jornalismo (complemento). Os blogues são um perfeito exemplo deste tipo de jornalismo amador. Foi dentro deste quadro teórico que procurámos integrar o objecto de estudo, a rubrica 'Nós por Cá'. A fase de observação serviria, por isso, como verdadeiro teste à conceptualização realizada.

Aquilo que inferimos, através da análise de conteúdo e das opiniões dos entrevistados, levou-nos a concluir, em linha com o esperado, que o NPC congrega as condições necessárias para que o possamos considerar um espaço com o qual os cidadãos colaboram, um caso diferente e único no panorama televisivo – e até mediático – português. Segundo Alcides Vieira, é até o «mais interactivo da informação de todas as televisões». Entre as especificidades da rubrica, destacamos duas que se mostraram fundamentais para o propósito da nossa investigação. À parte a evidente *participação* dos cidadãos, que é, só por si, o aspecto mais importante de todos, percebemos que ela acontece através do recurso, maioritário, às *novas tecnologias* e relatando situações de âmbito essencialmente *colectivo*. Ora, isto afasta o NPC do caminho do jornalismo cidadão e coloca-o claramente no sentido do jornalismo participativo.

Assim, depois deste trajecto, concluímos que a rubrica de Conceição Lino é representativa de uma forma de envolvimento dos cidadãos no jornalismo. NPC é um exemplo de um espaço que funciona com recurso ao jornalismo participativo, aplicado à televisão, com características próprias que se foram evidenciando, ao longo dos anos, por via do tipo de relatos que a SIC ia recebendo e que a autora desejava enquadrar num espaço próprio. Afirmamos, por isso, sem receio, que o NPC é um espaço de jornalismo participativo: é editado por uma jornalista profissional, vinculada a códigos éticos e deontológicos, e com o auxílio dos cidadãos que colaboram com vista, grande parte das vezes, a um propósito colectivo e com recurso às novas tecnologias. Esta afirmação pode não ser assim tão evidente. Conceição Lino e Alcides Vieira, por exemplo, referem-se a esta rubrica como um espaço de jornalismo do cidadão, facto que só demonstra algo que apontámos desde as primeiras páginas deste artigo: não há unanimidade quanto a este tema, não há um cânone.

As portas para uma análise mais aprofundada ao NPC terão ficado abertas; algumas pistas para o estudo do envolvimento dos cidadãos no jornalismo também terão sido lançadas, especialmente no que se refere à televisão. Consideramos, porém, que há ainda muito por fazer nesta área de elevado interesse...

## Bibliografia

### *Referências bibliográficas*

- Berger, G. (2000) "Grave New World? Democratic Journalism Enter the Global Twenty-first Century", *Journalism Studies*, 1: 81-99.
- Bowman, S. & Willis, C. (2003) *We Media: How audiences are shaping the future of news and information*, Reston: The American Press Institute [<http://www.hypergene.net/wemedia/>, acedido a 23 de Dezembro de 2007].
- Cascais, F. (2001) *Dicionário de Jornalismo: As palavras dos media*, Lisboa: Editorial Verbo.

- Cloutier, J. (1975) *A Era de EMEREC*, Lisboa: Ministério da Educação e Investigação Científica – Instituto de Tecnologia Educativa.
- Fallows, J. (1999) “But is it Journalism?”, 11, *The American Prospect*.
- Fernandes, A. J. (2008) *Introdução à Ciência Política*, Porto: Porto Editora.
- Gillmor, D. (2005) *Nós, os Media*, Lisboa: Editorial Presença.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004) *Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*, Porto: Porto Editora.
- McQuail, D. (2003) *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mesquita, M. (2004) *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, Coimbra: MinervaCoimbra.
- Negroponte, N. (1995) *Ser Digital*, Lisboa: Editorial Caminho.
- Romano, V. (2006) *A Formação da Mentalidade Submissa*, Porto: Deriva.
- Silva, M. T. da (2007) *A Voz dos Leitores na Imprensa: Um estudo de caso sobre as “Cartas ao Director” no jornal Público*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Traquina, N. & Mesquita, M. (2003) *Jornalismo Cívico*, Lisboa: Livros Horizonte.

#### **Referências da Comunicação Social**

- Jarvis, J. (2008) “Why Twitter is the canary in the news coalmine” in *The Guardian*, edição de 19 de Maio [http://www.guardian.co.uk/media/2008/may/19/digitalmedia.socialnetworking, acessido a 2 de Junho de 2008].
- TVI (2008) “Eu Vi” [http://www.tvi.iol.pt/informacao/noticia.php?id=934951, acessido a 5 de Abril de 2008].
- Jornal da Tarde* da RTP1, edição de 18 de Fevereiro de 2008.

#### **Outras Referências**

- Estradas de Portugal (S/D) “Estrada Livre” [http://www.estradasdeportugal.pt/site/v3/?id\_pagina=&id\_bloco=0D9EF397-97EC-4D9A-9F81-4A69165C2932&id\_pasta=&grupo=4&Ln=1, acessido a 7 de Maio de 2008]